



Especializada em construir sonhos.

## RECURSO ADMINISTRATIVO

**A SECRETARIA MUNICIPAL DA INFRAESTRUTURA DE ARAPIRACA – SEMINFRA**

**CORDENAÇÃO GERAL DE LICITAÇÕES**

**Objeto: Recurso Administrativo Apresentado pela empresa ARQUITEC – Arquitetura, Engenharia e Construção LTDA, referente à Inabilitação no Processo Licitatório Concorrência n 02/2020 – 2ª Chamada.**

**Processo Administrativo n 8239/2020**

A **ARQUITEC – Arquitetura, Engenharia e Construção LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ 02.423.864/0001-41, com endereço na Rua Prof. Silvio de Macedo, 68, Jatiuca, Maceió-AL, por intermédio de seu Representante Legal, Sr. JOÃO MEDEIROS ROCHA, brasileiro, casado, engenheiro civil, inscrito no CPF/MF n.º 099.321.864-49, portador de Cédula de Identidade n.º 214.399 SSP/AL vem, através da presente, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** em face da decisão contida na ata de julgamento habilitatório que declarou à Inabilitação no Processo Licitatório Concorrência n 02/2020 – 2ª Chamada - Processo Administrativo n 8239/2020 da empresa Recorrente ora participante do certame.

### **1. Do Cabimento.**

Registra a V. Senhoria o cabimento do Presente Recurso, na forma do art. 109, I, alínea a, da Lei nº 8.666/93, *in verbis*:

**Art. 109. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:**

- I - recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:**  
**a) habilitação ou inabilitação do licitante;**

Por fim registramos que o Recurso esta sendo apresentado tempestivamente, com base no art. 110 da Lei Geral de Licitações, tendo o prazo fim em 16/08/2021 (segunda-feira), consoante prevê a Ata de Julgamento Habilitatório:



Especializada em construir sonhos.

O Presidente solicitou a lavratura da presente Ata, determinando que o presente julgamento seja enviado por e-mail a todas as empresas participantes do certame, bem como, publicado no Diário Oficial dos Municípios de Alagoas, a fim de dar conhecimento aos interessados. Na forma do item 13 do Edital, das decisões proferidas pela Comissão Permanente de Licitação, cabe recurso no prazo e na forma estabelecidos no art. 109 da Lei 8.666/1993, ficando aberto o prazo para recurso até o dia 16/08/2021 (segunda-feira).

## 2. Dos Fatos.

Conforme ata de julgamento habilitatório a Recorrente foi inabilitada, por descumprir parte do subitem 7.1.4.2 do edital, uma vez que não apresentou as Notas Explicativas do Balanço Patrimonial, sendo inabilitada consoante dicção do item 11.1.3 do edital. Vejamos:

**II – INABILITAR**, por descumprimento dos dispositivos do Edital, as empresas listadas abaixo:

- 4) ARQUITEC - ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONSTRUCAO LTDA EM RECUPERACAO JUDICIAL, por descumprir parte do subitem 7.1.4.2 do Edital, uma vez que a empresa não apresentou as Notas Explicativas do Balanço Patrimonial, devendo, portanto, ser inabilitada em consonância com o disposto no subitem 11.1.3 do Edital.

## 3. Do Direito.

Como já narrado, a empresa Recorrente foi inabilitada, por descumprir parte do subitem 7.1.4.2 do edital, uma vez que não apresentou as Notas Explicativas do Balanço Patrimonial, sendo inabilitada consoante dicção do item 11.1.3 do edital.

Ocorre que a decisão atacada, necessita ser reformada. Explica-se.

Inicialmente cabe destacar a condição de empresa recuperanda e a existência de autorização judicial comprobatória de capacidade econômico-financeira contida em decisão judicial e amparada pelo Administrador Judicial, já anexa ao procedimento licitatório.

Acontece, Sr. Presidente, que conforme entendimento majoritário exarado pelas nossas Cortes Superiores, empresas submetidas a processos de recuperação judicial podem participar de licitação desde que demonstrem, na fase de habilitação, ter viabilidade econômica.

A Administração Pública não pode restringir a participação de empresas em





Especializada em construir sonhos.

recuperação judicial em processos licitatórios, pois não existe norma legal que permita tal restrição. Ademais, a recuperação judicial, instituída pela Lei nº 11.101/2005, tem por objetivo principal viabilizar a superação da crise econômico-financeira da empresa requerente, a fim de permitir-lhe a sua manutenção como fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a sua preservação, sua função social e o estímulo à atividade econômica, conforme aduz em seu artigo 47. Tal discussão já foi superada pelo nosso Superior Tribunal de Justiça, vejamos:

**"AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECUPERAÇÃO JUDICIAL. RENOVAÇÃO DO CERTIFICADO DE REGISTRO E CLASSIFICAÇÃO CADASTRAL - CRCC E DISPENSA DE CERTIDÃO NEGATIVA. POSSIBILIDADE. MEDIDA APTA A CONTRIBUIR COM O PROPÓSITO DE SUPERAÇÃO DO DECLÍNIO ECONÔMICO-FINANCEIRO PREVISTO NA LEI QUE REGULA A MATÉRIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO PREJUDICADOS. RECURSO NÃO PROVIDO. 1. Cediço que a recuperação judicial tem o objetivo de viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, "a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica" (art. 47, da Lei nº 11.101/2005). 2. Lado outro, consabido que há uma fase da licitação denominada habilitação, em que se verifica a aptidão do candidato para a futura contratação, podendo a administração fazer exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações. 3. Conforme o art. 27, III, da Lei nº 8.666/93, exige-se que o licitante demonstre idoneidade econômica e financeira, a fim de que possa participar de procedimentos licitatórios. Entretanto, não se pode presumir, por outra vertente, que a recuperanda esteja desqualificada para participar de qualquer licitação. 4. Ademais, o fato de estar a ora agravada submetida ao regime de recuperação judicial não representa impedimento de participação em licitação pública, tanto que a lei de regência exige em seu art. 31, inciso II, a apresentação de certidão negativa de falência ou concordata, silenciando quanto à recuperação**





Especializada em construir sonhos.

*judicial, não cabendo, portanto, restringir atos, onde a lei não o fez, como também pelo fato de a situação contábil da recorrida está, justamente, sob a tutela judicial. " Outro precedente vindo da Corte Superior assegurou ser inexigível "...qualquer demonstração de regularidade fiscal para as empresas em recuperação judicial, seja para continuar no exercício de sua atividade (já dispensado pela norma), seja para contratar ou continuar executando contrato com o Poder Público" (STJ - Resp 1173735/RN, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 22/04/2014, DJe 09/05/2014).*

(grifou-se)

Este entendimento é reafirmado pelo Tribunal de Contas da União, conforme Acórdão nº 8271/2011 - TCU- 2ª Câmara: "1.5.1. dar ciência à Superintendência Regional do DNIT no Estado do Espírito Santo que, em suas licitações, é possível a participação de empresa em recuperação judicial, **desde que amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93".** O que resta comprovado no procedimento licitatório e aqui se replica (Doc.01).

A interpretação sistemática da Lei de Licitações e da Lei de Recuperação Judicial e o entendimento consolidado do nosso Superior Tribunal de Justiça, deixa clara a possibilidade de participação em processos licitatórios de empresas em recuperação judicial, não podendo a administração pública se opor a participação de empresas nessas condições nem tampouco buscar empecilhos ou subterfúgios para eventual impedimento de licitar.

Ultrapassada as balizas da ausência de exigências documentais para participação em procedimentos licitatórios, amparada em decisão judicial, passemos a análise da causa da inabilitação.

Inicialmente cabe afirmar que a ausência de Notas Explicativas do Balanço Patrimonial não possui o condão de inabilitar a licitante, visto que o Balanço Patrimonial restou apresentado.

Insta auferir que não há controvérsia quanto ao balanço patrimonial apresentado, mas apenas a não apresentação de Notas Explicativas conjuntamente





Especializada em construir sonhos.

ao balanço patrimonial.

Dito isto, cumpre destacar que um dos princípios do processo licitatório é justamente o da vinculação ao instrumento convocatório, que também possui aplicação direcionada à Administração Pública. Como bem enfatiza Maria Sylvia Zanella Di Pietro, ao comentar sobre o aludido princípio: *"O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); (...)"* (DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. *Direito Administrativo*. 17.ed.p.308).

Portanto, não se apresenta razoável e proporcional o excesso de formalismo no que tange à exigência de apresentação nas notas explicativas, mesmo porque o tal documento contábil não tem o condão de demonstrar a qualificação econômico-financeira das empresas, limitando-se, ao revés, a simplesmente esclarecer a forma de realização do balanço patrimonial.

A jurisprudência compartilha do entendimento de que em matéria de licitações não se autoriza o formalismo exacerbado, sob pena de violação dos princípios do interesse público, da escolha da proposta mais vantajosa, razoabilidade e da competitividade:

*Sobrepôr o respeito ao formalismo ao fim maior dos procedimentos licitatórios, que é a ampla concorrência pública para a efetivação do contrato que melhor atenda as necessidades coletivas, frustraria o real objetivo colimado pela lei de licitações (TJSC – ACMS n 2004.031625-9, Rel. Des. Luis. César Medeiros)*

Ainda:

**EMENTA:** APELAÇÃO CIVEL. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DESCLASSIFICAÇÃO. MELHOR PROPOSTA. INOBSERVANCIA DO EDITAL. INEXISTENCIA DE PREJUÍZO À LICITANTE. FORMALISMO EXACERBADO DA ADMINISTRAÇÃO. Exigências despropositadas ou excessivo rigor procedimental, na medida em que ocorre para tornar a licitação ainda mais formalista, tão a gosto da burocracia, desvirtuam seus objetivos e de certa forma infringem o inciso XXI do artigo 37 da Constituição Federal. A inobservância do edital ou carta-





Especializada em construir sonhos.

*convite ou a omissão da proposta para ensejar a desclassificação há de ser substancial a ponto de trazer prejuízos à entidade licitante ou aos demais proponentes. A procura da melhor proposta é procedimento utilizado comumente por todas as pessoas que desejam contratar, mas se para tantos é faculdade, para o poder público é obrigação. Deram Provimento. (Apelação Cível Nº 70009760083, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Genaro José Baroni Borges, Julgado em 01/12/2004)*

**APELAÇÃO CÍVEL. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL. INABILITAÇÃO DA APELANTE. APRESENTAÇÃO DE NOTAS EXPLICATIVAS AO BALANÇO CONTÁBIL. EXIGÊNCIA QUE EXTRAPOLA O DISPOSTO NA LEI Nº 8.666/93.**

*A lei de licitações traz a exigência de apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis da licitante. Nada refere a regra legal quanto à necessidade de Notas Explicativas ao balanço contábil. Alias, quanto aos documentos comprobatórios da qualificação econômico-financeira dos licitantes, vige o princípio da instrumentalidade das formas, de modo que para exame de capacitação financeira basta que os documentos sejam suficientes para que a Administração analise a condição econômica da empresa. E isso é possível com o extrato do balanço contábil, sendo que as ausências de tais Notas Explicativas não implicam em presunção de inidoneidade de sua contabilidade. APELO PROVIDO. UNANIME. (Apelação Cível Nº 70024316176, Vigésima Primeira Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Genaro José BARONI Borges, Julgado em 09/07/2008)*

O que importa, no caso, é que a empresa demonstre sua boa situação financeira, o que, até prova em contrário, entende-se presente, pela documentação já fornecida. A qualificação contábil tem por objetivo selecionar os licitantes com capacidade econômico-financeira suficiente a assegurar a execução integral do contrato, nos termos do artigo 31, da Lei n. 8.666/93, o que não foi combatido com prova em contrário.

Ademais, saliente-se que a exigência contida no art. 176, § 4º, da Lei n. 6.404/76 ("§ 4º As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e





Especializada em construir sonhos.

outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício"), é regra especial aplicável às sociedades anônimas, afastando-se a sua exigência no caso concreto.

Dessa forma, não há que se falar em inabilitação da Recorrente, sob pena de acarretar restrição indevida à competitividade do certame.

Sobre o tema, Hely Lopes Meirelles afirma que "*o princípio do procedimento formal é o que impõe a vinculação da licitação às prescrições legais que a regem em todos os seus atos e fases. [...] entretanto, não se confunde com 'formalismo', que se caracteriza por exigências inúteis e desnecessárias. Por isso mesmo, não se anula o procedimento diante de meras omissões ou irregularidades formais na documentação ou nas propostas desde que, por sua irrelevância, não causem prejuízo à Administração ou aos licitantes. A regra é a dominante nos processos judiciais: não se decreta a nulidade onde não houver dano para qualquer das partes – pas de nullité sans grief [...]*" (Direito Administrativo Brasileiro. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2015, p. 307).

É certo que as licitações se prestam a ampliar a concorrência o máximo possível, já que "*não se pode perder de vista que a finalidade precípua da licitação é a escolha da contratação mais vantajosa para a Administração Pública e, para atingi-la, não pode o administrador ater-se a rigorismos formais exacerbados, a ponto de afastar possíveis interessados do certame, o que limitaria a competição e, por conseguinte, reduziria as oportunidades de escolha para a contratação*" (ACMS n. 2006.040074-1, j. 21.6.2007).

No mesmo sentido, do Superior Tribunal de Justiça invoca-se:

*[...] Não se deve exigir excesso de formalidades capazes de afastar a real finalidade da licitação, ou seja, a escolha da melhor proposta para a Administração em prol dos administrados. (REsp 1190793/SC, rel. Min. Castro Meira, j. 24.8.2010).*

**De outra parte, mesmo que se entendesse de forma diversa, conferindo caráter indispensável as Notas Explicativas, o que não se acredita, haveria espaço para a adoção de diligencia a fim de esclarecer duvida sobre a situação financeira da empresa, em conformidade com o art. 43, § 3º, da Lei n 8.666/96.**





Especializada em construir sonhos.

#### **o que não foi observado pela Administração.**

Assim, diante da certidão emitida pela instância judicial competente, que certifica que a Recorrente está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório nos termos da Lei 8.666/93", dispensando a exigência de apresentação de certidões negativas e demais documentos fiscais, associado ao fato do formalismo exacerbado, se mostra amplamente questionável a decisão da comissão de licitação, que não obervou a documentação e certidão apresentadas pela Recorrente como empresa recuperanda.

Deste modo resta claro que a Recorrente comprovou sua capacidade econômico-financeira pelo balanço patrimonial já apresentado.

Logo, prosseguir com a inabilitação da Recorrente, diante de toda a comprovação de sua regularidade, e por tudo que já fora exposto, é inconstitucional e excessivo, vez que toldam a competitividade do certame, impedindo a participação deste concorrente sem qualquer fundamento.

Nestes termos, espera não necessitar socorrer ao poder judiciário para ter seu direito de participar da fase de abertura de proposta de preço, posto que acredita que esta nobre comissão de licitação irá rever sua decisão e tornar sem efeito a decisão que inabilitou esta Recorrente.

#### **4. Dos Requerimentos**

Antes todo o exposto requer esta licitante que:

1 - Seja acatado o presente recurso, para reconhecer, a habilitação desta recorrente para participar do certame, prestigiando-se assim, a concorrência sobre o rigor formal excessivo, e desse modo, realizando-se o interesse publico;

2 - Alternativamente, acaso exista duvida sobre a situação financeira da empresa, que seja procedida diligencia a fim de esclarecer, em conformidade com o art. 43, § 3º, da Lei n 8.666/96.

3 - Que a resposta ao presente recurso seja fundamentada nos termos do art. 50 da lei 9784/99, aplicada subsidiariamente ao caso;

4 - que a Resposta a presente manifestação se de no prazo legal nos termos do art. 24 caput da lei 9784/99;





Especializada em construir sonhos.

5 – Que seja adiada a data de realização do certame até o julgamento do presente recurso;

Termos em que pede deferimento.  
Maceió, 12 de Agosto de 2021.



**ARQUITEC - ARQUITETURA, ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA.**  
**JOÃO MEDEIROS ROCHA**  
*Sócio Administrador*